

# **"Um alívio, mas não é a solução"**

"Se o Brasil conseguir nove anos de prazo para renegociar sua dívida o País poderá sentir um alívio, mas essa não é uma solução definitiva". Essa afirmação foi feita ontem, em São Paulo, pelo ex-ministro Mário Henrique Simonsen, para quem um prazo maior para pagamento dos débitos será benéfico "desde que os credores também se disponham a negociar em novos termos, aceitando a prorrogação dos pagamentos".

Para o ex-ministro, de nada adianta o desejo de renegociar: "Podemos pedir um prazo até de 50 anos para saldar nossos compromissos externos, mas isso não será aceito pelos credores. É preciso fixar normas realistas, já que as soluções mágicas não existem".

"Ninguém pode acreditar que o Brasil e outros grandes devedores possam pagar suas dívidas em 10 anos, a menos que se queira transferir os recursos dos países pobres para os países ricos", disse ainda ontem o ex-ministro da Fazenda, ao traçar um panorama da situação econômica brasileira na 7ª Reunião Plenária do Conselho de Desenvolvimento Empresarial Brasil-Estados Unidos. Simonsen considerou inexequíveis os prazos convencionais no caso dos grandes devedores, e classificou de "ficção jurídica" a impossibilidade de reescalonamento dos juros — já que os próprios credores emprestam dinheiro para que se pague os juros.

O tempo que os grandes devedores levarão para começar a diminuir sua conta, em vez de continuar aumentando-a, dependerá em boa parte, segundo o ex-ministro, da disposição dos países desenvolvidos de arcarem com um saldo desfavorável em suas balanças comerciais, importando dos países em dificuldades, e da diminuição das taxas de juros internacionais — uma das variantes mais responsáveis, no entender do ex-ministro, além da má administração interna.

Ao analisar a responsabilidade que cabe ao Brasil no cumprimento de suas obrigações e na contenção da espiral inflacionária, Simonsen considerou necessária uma melhor divisão de responsabilidades pela política econômica — abertura econômica, disse o ex-ministro. Dentro desse raciocínio, preconizou maior independência e autonomia ao Banco Central, orçamento único aprovado pelo Congresso e desindexação ampla da economia.